

---

## 018ª AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL 09NOV2021

Pauta: Debater o PLE nº 043/21

(Texto com revisão final.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** (19h29min) Estão abertos os trabalhos da presente audiência pública. É uma satisfação receber todos aqui. Cumprimento o Executivo, em especial o prefeito Sebastião Melo, se estiver conosco; os vereadores, as vereadoras; boa noite, prefeito, é uma satisfação. Diretor Luiz Afonso, por gentileza, inicialmente, passe a metodologia para os pronunciamentos e os encaminhamentos, e, na sequência, vamos dar andamento aos trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):**

### **EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - PROCESSO 138.00035/2021-35**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 43/2021, QUE CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO REFERENTE ÀS ISENÇÕES TARIFÁRIAS DO TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE E INSTITUI O SISTEMA DE ISENÇÕES TARIFÁRIAS DO TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE; INCLUI O ART. 32-B NA LEI Nº 8.133, DE 12 DE JANEIRO DE 1998. E O § 2º NO ART. 1º DA LEI Nº 10.996, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2010 E REVOGA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 09 de novembro de 2021, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O *link* para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes das proposições poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/137202>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail [audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br](mailto:audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br). As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública poderá ser acessada será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>. Porto Alegre, 29 de outubro de 2021. **VEREADOR MÁRCIO BINS ELY**, Presidente.

A nossa audiência pública vai se iniciar com uma exposição de parte do governo acerca do projeto que trata da questão das isenções tarifárias no transporte coletivo por ônibus. A partir de agora, nós estamos recebendo dez inscrições de pessoas da comunidade que desejem falar. Os pronunciamentos serão de até cinco minutos. Intercaladamente aos pronunciamentos dos inscritos externos, os vereadores presentes à reunião também poderão fazer pronunciamentos por até cinco minutos. No final, o governo faz as

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

considerações finais. Era isso, Presidente. Já podemos colocar a palavra à disposição da representação do governo.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Paulo Roberto da Silva Ramires, diretor-presidente da EPTC, está com a palavra pelo tempo de 20 minutos.

**SR. PAULO ROBERTO DA SILVA RAMIRES:** Boa noite, Presidente, em seu nome, cumprimento os demais vereadores presentes, cumprimento também toda a sociedade que nos acompanha, que participa desta audiência pública. O prefeito Sebastião Melo, em função de uma outra agenda, não vai poder estar presente a esta audiência, que será conduzida, então, pelo secretário Záchia, o secretário Cassio e eu, pela EPTC. A nossa intenção com esta audiência pública é, a partir de um primeiro projeto de lei que o Executivo encaminhou para a Câmara Municipal para fazer alterações nas isenções no transporte coletivo de Porto Alegre... Nós fizemos, a partir daquele projeto de lei, uma audiência pública. Dessa audiência pública resultou, no entendimento do Executivo, na condução do prefeito, que nós fizéssemos uma série de rodadas de conversas com a sociedade, a fim de verificarmos qual a possibilidade de o Executivo poder propor algumas alterações, atender a algumas situações que, eventualmente, naquele primeiro projeto de lei, ficaram desatendidas. Dessa forma, nós fizemos, conduzidos pela Secretaria do secretário Cassio, uma rodada de conversas com estudantes, representantes, enfim, de diferentes órgãos da sociedade, e com a própria Câmara Municipal. Vários vereadores nos procuraram, nós fizemos algumas conversas. Sensíveis com as situações que foram trazidas por essas entidades, nós levamos o assunto ao conhecimento do prefeito Sebastião Melo, que determinou que buscássemos um esforço, por parte do Executivo, na tentativa de atender a algumas daquelas demandas que surgiram na audiência pública e nas rodadas de conversas, de forma a permitir a redução que estávamos esperando na tarifa com essas isenções. E, evidentemente, que fizéssemos um esforço junto à Secretaria da Fazenda de forma que o Executivo pudesse ampliar a sua capacidade de subsídio para as pessoas que precisam de algum tipo de isenção. Nesse sentido, nós preparamos uma apresentação e depois estaremos à disposição.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

(Procede-se à apresentação.)

**SR. PAULO ROBERTO DA SILVA RAMIRES:** Este é um pequeno histórico do sistema. Ainda que a gente já tenha falado a respeito disso, é importante para aqueles que participam ou que tomam conhecimento do tema pela primeira vez um pequeno histórico: até 2015, o sistema de transporte coletivo operava sem licitação no Município de Porto Alegre; depois de licitado o serviço, os contratos com as concessionárias – foram assinados em 2015 –, foi feita uma concessão do serviço por 20 anos. Naquele momento, o sistema transportava em média 25 milhões de usuários ou de passageiros por mês, e, no final de 2019, nós já estávamos transportando 19 milhões de passageiros ao mês – uma redução de 24%. Com a pandemia, evidentemente, no pior momento da pandemia, o sistema chegou a transportar 20% daquela demanda que era transportada normalmente em dia útil, antes do período da pandemia, ou seja, já considerando a redução de 24%, o sistema, durante a pandemia, no seu pior momento, chegou a transportar apenas 20% daquela demanda. Hoje, ela está numa média de 46,6% do que era transportado antes da pandemia. No início deste mês de novembro esses números já melhoraram um pouco, houve um pequeno acréscimo, mas esse dado ainda é até o mês de outubro.

A composição da passagem: hoje, o valor da passagem é de R\$ 4,80, e o custo para prestação de todo o serviço do sistema de transporte é dividido pelo número de passageiros pagantes. Essa é a composição da tarifa, é dessa forma, de uma forma muito resumida na verdade, na explicação aqui, mas para que todos entendam um contexto, a composição da tarifa é realizada através de todo o custo do sistema, dividido pelo número de passageiros pagantes. Trinta e um por cento dos passageiros transportados hoje na nossa cidade possuem isenção. A cada três passageiros um não paga e os outros dois é que custeiam, hoje, essa isenção. Se todos os usuários que utilizam o sistema pagassem a passagem, fosse paga a tarifa por todos os usuários, com exceção, evidentemente, dos idosos com mais de 65 anos, que está na legislação federal, a passagem poderia ser de R\$ 4,00 – só para contextualizar. De uma forma geral, quem é que paga passagem na cidade de Porto Alegre, dentro desse contexto, dessa forma de composição da tarifa? Trabalhadores

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

informais sem carteira assinada, autônomos, ambulantes, diaristas, artesãos, desempregados e etc. – todas aquelas pessoas que não possuem um emprego formal, que recebem do seu empregador o vale-transporte, essas pessoas pagam a passagem inteira no sistema de transporte de Porto Alegre. Usuários que pagam parte da passagem: o trabalhador formal, ou seja, até 6% do seu salário o trabalhador pode fazer o desconto do vale-transporte fornecido, e os estudantes também pagam parte da passagem, porque na regra atual 50% da tarifa dos estudantes é subsidiada por todo sistema. Quem são os isentos e beneficiários de passe livre hoje na cidade de Porto Alegre? Carteiros, oficiais de justiça, rodoviários, efetivo da Brigada Militar, guardas municipais, soldados do Corpo de Bombeiros, ex-combatentes, crianças e adolescentes vinculados a entidades assistenciais e seus acompanhantes, pessoas portadoras de HIV e seus acompanhantes e pessoas com deficiências física, mentais, auditivas ou visuais e seus acompanhantes. Também temos idosos entre 60 e 64 anos, que são aqueles que ainda possuem esse benefício também são isentos hoje, e os idosos com mais de 65 anos, pela legislação federal.

O que estamos propondo então como parte das medidas que o Executivo está adotando para enfrentar essa crise no transporte coletivo? Já encaminhamos para a Câmara Municipal o projeto de lei que faz a revisão do passe livre, estamos propondo a redução de 12 dias por ano para permanecerem apenas duas possibilidades: o feriado de Nossa Senhora de Navegantes, padroeira da cidade, e as vacinações, os dias de vacinações nacional. Estamos agora, então, com este projeto que foi encaminhado, propondo a revisão das 14 isenções existentes e propondo a permanência de apenas seis. Com essas medidas a gente busca justiça na concessão, ou seja, o benefício para quem mais precisa; limite de renda familiar, excluindo para aqueles que ainda permanecerão com algum tipo de isenção; um limite de renda familiar, excetuando os soldados da Brigada Militar e o idoso com mais de 65 anos. E a Prefeitura, através do esforço que foi realizado, vai subsidiar as passagens para os estudantes dos Ensinos Médio e Fundamental respeitando um determinado limite orçamentário que a gente vai apresentar em seguida.

Uma revisão de como está hoje – a coluna mais à esquerda na apresentação –, são 14 as categorias que possuem isenções no sistema de transporte de Porto Alegre. Na primeira proposta que nós encaminhamos para a Câmara Municipal, nós tínhamos a proposta de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

manter cinco categorias com isenção, na revisão que fizemos incluímos as pessoas com HIV em tratamento que não estava previsto na primeira proposta, isso fruto das conversas que fizemos e das reivindicações que foram feitas através da primeira audiência pública. Também incluímos, que veremos mais a frente, algumas categorias que ampliaram o benefício na área dos estudantes.

Na primeira proposta, Presidente e demais, que tinha sido encaminhada pelo Executivo, nós tínhamos estabelecido um teto de corte ou uma linha de corte de 1,5% salário mínimo de renda *per capita* familiar para todos os níveis de estudantes. Ouvindo as reivindicações na audiência pública e nas conversas que fizemos com as entidades representativas, fizemos um esforço e conseguimos ampliar o valor orçamentário para fazer o subsídio e conseguimos fazer uma divisão em faixas para estabelecer essa linha de corte. Dessa forma, reduzindo, evidentemente, é verdade, o percentual de isenção ou o percentual de benefício que o estudante vai ter, nós conseguimos atender uma faixa maior, um número maior de estudantes e nos parece que a construção trouxe, de fato, maior justiça nesse estabelecimento da linha de corte. Para o Ensino Fundamental, com renda de até R\$ 1.650,00, os estudantes terão 100% de isenção da tarifa na primeira e na segunda viagem. Essa isenção vai ser 100% custeada pelo orçamento do Município. Os estudantes do Ensino Médio ou Ensino Técnico com renda até R\$ 1.650,00 terão isenção de 75% – conseguimos ampliar essa isenção que hoje é de 50% – da tarifa na primeira viagem e 100% de isenção na segunda viagem integração. Desse valor, quatro décimos serão custeados pelo orçamento e o restante no mesmo modelo que é custeado hoje, dividido pelo número de passageiros pagantes. Um avanço em razão das conversas que fizemos com todos os envolvidos, foram incluídos os cursos profissionalizantes e os cursos preparatórios que não estavam incluídos no primeiro projeto de lei. Então, esta linha de estudantes com renda de até R\$ 1.650,00 receberão 50% de isenção na tarifa da primeira viagem e 100% na segunda viagem. Os estudantes dos ensinos fundamental, médio, técnico, profissionalizante, graduação ou preparatório com renda de R\$ 1.650,01 até R\$ 1.925,00 terão 50% de isenção na tarifa na primeira viagem e 50% de isenção na tarifa da segunda viagem; e com renda de R\$ 1.925,01 até R\$ 2.200,00 terão isenção de 25% da tarifa na primeira viagem e 50% na segunda viagem. Também aqui um esforço, por parte

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

do Executivo, em ouvir as reivindicações das entidades que recebemos – nós retomamos aqui, no projeto de lei, no PL nº 043/21, em substituição ao anterior, então o limite de renda para pessoas com deficiência permanente, física, mental, auditiva ou visual, e também incluímos – não estava incluído na primeira proposta – o cidadão vivendo com HIV, bem como acompanhantes dessas pessoas que eventualmente precisem. Então, nós restabelecemos a renda familiar não superior a R\$ 6.600,00, mantivemos o limite de 60 viagens mensais, mas ficou acertado, com todas as entidades, isso está previsto na legislação, que pode ser ampliado, caso haja comprovação da necessidade de um limite maior. Também poderá haver deslocamentos individuais do responsável por esta pessoa, desde que haja, em proveito do beneficiário, comprovação da necessidade. Isenção para crianças e adolescentes assistidos, com renda *per capita* familiar não superior a R\$ 1.650,00, um limite de 60 viagens mensais, com comprovação, podendo ser ampliado. Soldados da Brigada Militar, quando em serviço, permanecerão com as isenções, e os idosos acima de 65 anos, conforme determina a legislação federal. Bom, dentro desse avanço que foi construído, junto com a sociedade, o orçamento da Prefeitura, reservado para essa finalidade, para subsidiar essas pessoas carentes, essas necessidades, sem retirar esse subsídio de toda a população – o orçamento foi ampliado para R\$ 25,2 milhões, sendo que, na primeira proposta, antes, era em torno de R\$ 21 milhões. E o Município promoverá medidas de captação de recursos para o subsídio das isenções de idosos e pessoas com deficiência, através dos fundos específicos. Então, o Município, o Executivo está assumindo o compromisso de promover ações, medidas que busquem a captação de recursos, se obtiver recursos, através desses programas, poderá se reduzir ainda mais o valor subsidiado pela pessoa que paga a totalidade da passagem. Os beneficiários devem estar inscritos no CadÚnico – essa foi uma construção, dentro da discussão com todas as entidades que recebemos e com a Câmara Municipal, Presidente, o nosso entendimento é de que deve permanecer esta obrigatoriedade. Foi ampliado o prazo, de um para dois anos; então, as pessoas terão o prazo de até dois anos para fazer a inscrição, mas nós entendemos que é necessário manter essa obrigatoriedade porque a inscrição no CadÚnico vai ajudar o Município, a Prefeitura, a organizar suas políticas públicas, através destes dados da população inscrita no CadÚnico! As isenções que hoje estão vigentes serão

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

válidas até a próxima renovação, não vai ser um corte imediato, até o período da próxima renovação elas estarão vigentes, e uma alteração que nós estamos propondo é que os créditos eletrônicos prescrevam após um ano da sua aquisição, e após essa prescrição, esses valores serão revertidos exclusivamente para modicidade tarifária do ano seguinte. Isso significa a possibilidade de maior redução na tarifa. Essa é a apresentação, senhores; acho que conseguimos, em cima da primeira proposta que foi construída, fazer alguns avanços importantes. Eu gostaria de passar a palavra para o secretário Záchia, por favor, para fazer os complementos que entender necessário. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O secretário Luiz Fernando Záchia, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – **SMMU**, está com a palavra.

**SR. LUIZ FERNANDO ZÁCHIA:** Eu queria cumprimentar o Presidente Márcio Bins Ely, bem como a todos participantes e fazer um pequeno registro, depois da apresentação do presidente Ramires, da EPTC, e dizer que o governo, ao fazer este novo projeto, atendeu aos interesses, ouviu a sociedade, houve sensibilidade do próprio prefeito em algumas alterações e foi entendido pelo governo como sendo absolutamente necessárias, ouviu os vereadores, tem construção e participação ativa dos vereadores, com o objetivo de que nós possamos fazer, através desse projeto, a construção do maior entendimento possível da sociedade, principalmente dos usuários, e que isso possa permitir que possamos ter uma qualidade do serviço. O objetivo maior é ter uma tarifa extremamente justa para toda a sociedade, mas que se tenha um serviço de qualidade. A preocupação é que essa distorção da tarifa existente por diversas razões, mas também pelo alto índice das isenções, ocasione uma qualidade muito ruim do serviço. O objetivo maior, e há convencimento por parte do governo, que a qualidade não está boa e que temos que avançar e muito na questão da qualidade do serviço. E temos também a preocupação de construirmos uma tarifa justa para a sociedade. Então é nessa sensibilidade de todos e todas da sociedade, que participaram da audiência pública anterior e certamente participaram desta, da Câmara Municipal, com os vereadores dos mais diversos partidos que participaram, ajudam e estão construindo essas alterações, e ouvimos muito as entidades, aqui tem participação ativa

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

das entidades, principalmente, secretário Cassio, dos estudantes, para que nós possamos e pudéssemos chegar ao entendimento. Então, eu acho que essa apresentação foi uma apresentação objetiva, técnica e esclarecedora, e estamos aqui à disposição para dirimir qualquer dúvida que ainda possa persistir. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, secretário Záchia, agradeço ao Ramires pela apresentação, também o secretário Cassio, vejo também que as assessorias acompanham os secretários, mas como a imagem está longe não consigo visualizar quem mais compõem a mesa, além do secretário Záchia, o secretário Cassio, o presidente da EPTC, o Ramires, mas saudamos todos. Estamos colhendo algumas inscrições. Na realidade, esta é uma audiência pública em cima de um projeto de lei que nós já fizemos uma audiência pública, então, agora, digamos assim, foram consentidos alguns encaminhamentos e vem um novo projeto com composição de algumas das reivindicações, pelo que a gente está compreendendo aqui, e nós passamos, então, a colher as inscrições. O primeiro inscrito é o Nelson Khalil, para quem concedemos a palavra por cinco minutos.

**SR. NELSON KHALIL:** Boa noite, Presidente Bins; boa noite, secretário Záchia, secretário Cassio, presidente Ramires e a todos os participantes desta audiência. Eu estou aqui representando o Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade e o Conselho Municipal do Direito das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre. Primeiro, eu quero parabenizar a Prefeitura por ter voltado atrás e revisto as condições das isenções. Realmente, é uma justiça reestabelecer a isenção para as pessoas com HIV e Aids e para as pessoas com deficiência. Então, eu parabeno por isso, parabeno por reconsiderar essa questão. Mas só quero fazer uma ressalva, pois continuo achando um exagero limitar as passagens para as pessoas com deficiência em R\$ 60,00 mensais. A maioria das pessoas com deficiência utiliza mais do que isso, porque tem os deslocamentos para trabalho, para atendimento de saúde, uma série de situações e normalmente precisam mais do que isso, é o único ponto que eu quero referir que a gente ainda talvez tenha margem para negociar alguma coisa, até porque isso é uma questão já sabida de que o impacto dessas isenções, especificamente das pessoas com deficiência, HIV e Aids, é mínimo no custo da passagem,



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

de todas as isenções talvez seja o que provoque o menor impacto no custo final. Então, em virtude disso e em virtude da justiça dessas isenções, em função, por exemplo, na questão da pessoa com deficiência, que o custo de vida de uma pessoa com deficiência é muito maior do que de uma pessoa sem deficiência, acho que a gente pode também verificar essa situação. Mas volto a frisar, parabenizo a Prefeitura por rever essa situação das isenções, que a gente possa ter um transporte coletivo em melhores condições na cidade. Como o próprio secretário admite e como é sabido, está numa condição muito ruim em função de diversos fatores que a gente tem que melhorar, e talvez agora com essa nova realidade que está acontecendo, a gente possa melhorar o transporte nesta cidade. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa noite, Presidente Márcio Bins Ely; secretário Záchia; Ramires; secretário Cássio; todos que estão conosco nesta audiência pública tão importante, referente às isenções. Primeiro, gostaria de parabenizar o Executivo porque a construção através do diálogo foi excelente, tínhamos uma conversa lá atrás e, como bem disseram o Ramires e Záchia, todos foram ouvidos, todas as necessidades trazidas para a mesa de diálogo e de conversação foram ouvidas e foram, dentro do possível, atendidas. Eu só queria fazer uma menção, tinha três emendas, elas a princípio foram contempladas nesse diálogo, mas gostaria de fazer uma solicitação para o Executivo, nós fizemos uma emenda agora ao PL, em função de uma adequação, de uma correção de interpretação do Executivo, que é no art. 1º - altera o texto da alínea c, do inciso IV, do art. 2º, como segue: a pessoa que vive com HIV, Aids que seja atendida pela Secretaria Municipal de Saúde. O art. 2º altera o texto do caput no art. 13, que segue: o benefício da isenção tributária será concedido à pessoa que vive com HIV/Aids que seja atendida pela Secretaria Municipal de Saúde e que apresente a seguinte comprovação. Na verdade, essa emenda visa a corrigir a interpretação equivocada dos referidos artigos, visto que o intuito do tratamento com o TARV, que é o tratamento antirretrovirais, é para evitar que a pessoa desenvolva a doença, ou seja, o tratamento é para combate do HIV, visando não chegar ao estágio da doença, que é a Aids. Então, essa alteração no texto é necessária na medida

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

em que o texto original coloca a frase “que já tenha desenvolvido a doença”, deixando em dúvida a permissão para o tratamento às pessoas vivendo com HIV. Vale ressaltar que existe um tratamento para o HIV que assim feito evita que essas pessoas desenvolvam a doença Aids. O tratamento permite que essas pessoas tenham uma vida saudável e comum. Acho que seria necessário, até de repente por parte do Executivo, fazer essa alteração. Não tenho problema nenhum de fazer essa retirada da emenda e que isso esteja junto no projeto do Executivo, mas ela é necessária ser feita, para que as pessoas sejam contempladas. No mais, me sinto contemplada em todas as alterações que foram feitas, acho que o Executivo está de parabéns porque realmente visa a melhoria do transporte público e olhou por todos os cidadãos da nossa cidade. Muito obrigada.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Anderson Farias, da UMESPA, está com a palavra.

**SR. ANDERSON FARIAS:** Boa noite a todos e todas presentes, quero saudar a todos em nome do Presidente Márcio Bins Ely. Sou o Anderson, presidente da UMESPA, União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre, rapidamente quero fazer umas colocações. Primeiro, reforçar a nossa posição e convicção da entidade que acreditamos que o problema do transporte público de Porto Alegre não são as isenções. O problema que apontamos há muito tempo é a qualidade do transporte que está sempre atrasado, quebra no meio do caminho, não tem segurança. Esses são alguns exemplos do transporte que a gente tem hoje. Antes de tudo, quero reforçar a nossa posição de que o problema do transporte não são as isenções. Acho que mesmo assim, acreditamos e sabemos que houve avanços no projeto, através de muito diálogo da gente, em várias reuniões, com a Prefeitura. Estando diariamente na Câmara de Vereadores, a gente entende e vê que tiveram avanços, isso acaba sendo bom, mas, ao mesmo tempo surgem algumas dúvidas também, porque o projeto anterior, diferente do Substitutivo, na questão de comprovação de renda, tratava e era relacionado ao salário mínimo. Então, mudou no Substitutivo agora para apenas reais. Então fica esse questionamento de como vai se dar isso, ano após ano, porque afinal de contas, o salário mínimo muda todo ano e o dinheiro praticamente não

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

muda. Então, era mais essa dúvida de como vai se dar esse valor de comprovação de renda, ano após ano e também a questão do Cadastro Único. A gente sabe como está o caos no país inteiro para se cadastrar. Como vai ser controlado isso para que seja garantido o benefício para todos os estudantes e as pessoas que vão fazer o cadastro? Eram essas duas dúvidas. Como vai se dar a comprovação de renda, no sentido de que não vai ser relacionada ao salário mínimo? Vai ser relacionada a quê? E como vai se dar o Cadastro Único? Se já tem programado um sistema ou algo do tipo para que seja garantido o benefício para todos aqueles que estejam cadastrados no Cadastro Único. Reforço de novo sobre os avanços que tiveram no projeto. Os estudantes estão disponíveis ainda para discutir. Era isso o que eu queria falar. Boa noite a todos e boa audiência.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa noite a todos, estou acompanhando a audiência aqui, anotei algumas considerações que acho importantes. Queria brevemente explicar o que mudou em relação ao que existe hoje aqui na cidade de Porto Alegre. Existe a necessidade de rever o sistema de isenções na cidade de Porto Alegre, e eu queria deixar claro que a preocupação do prefeito que tem se manifestado de maneira pública é que, infelizmente, recai sobre ele somente a responsabilidade de aumentar o preço da tarifa, porque as isenções são dadas pela Câmara de Vereadores ou pelo governo federal, ou mesmo pela Constituição Federal. As isenções sobre os insumos que compõem o transporte público são dadas cem por cento pelo Município de Porto Alegre, mas o diesel tem o seu imposto, os impostos federais sobre o insumo que compõem a cesta acabam impedindo e gerando reflexos no preço da passagem, e o prefeito isentou, cem por cento, todos os impostos sobre a operação do transporte público na cidade de Porto Alegre, e a ele cabe a responsabilidade de aumentar o preço da passagem a cada ano. Então, parece que o único culpado pelo aumento da passagem é o prefeito, embora todos os impostos do Município tenham sido zerados ao longo dos últimos anos e zerou o último agora na atual gestão que está percorrendo.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

Observado essa preocupação do Executivo Municipal e lembrando de uma discussão que tivemos ainda em 2012, enquanto eu era vereador no Município de Viamão, eu propus para o governo, na verdade, eu equacionei, por meio de uma sugestão, qual é o problema que nós temos hoje nas isenções. Porque o argumento dos empresários do transporte coletivo é de que as isenções encarecem o preço da passagem porque boa parte das pessoas que estão dentro do ônibus acabam somente representando, entre aspas, o custo e não ajudam na modicidade da tarifa. E, por outro lado, o Município acaba tendo que tomar essa decisão problemática, difícil, que toda vez acaba tendo que gerar um novo decreto aumentando o custeio porque acaba recaindo sobre as costas do prefeito todo peso político que tem essa decisão. A sugestão que nós trouxemos foi a de responder à seguinte pergunta: quem paga a isenção do isento? Hoje, infelizmente, quem paga a isenção do isento é o trabalhador que senta ao lado daquela pessoa que tem direito à isenção. Até uma frase que o prefeito costuma usar é que nós temos hoje um sistema de transporte em que o pobre financia o pobre, porque, às vezes, o pobre é que financia o rico. Porque nós temos alguns estudantes que teriam direito ao transporte subsidiado e que, na verdade, não teriam a necessidade de ter esse subsídio. Então, a sugestão que nós trouxemos foi o de, justamente, encaminhar para o Executivo uma sugestão no sentido de que nós, o Estado – eu, como vereador, ao lado os meus colegas vereadores, a Câmara de Vereadores –, dizemos que o cidadão com tais características tem direito à isenção, então é justo que eu e o prefeito – Executivo e Legislativo – encontremos formas de financiamento para que essa pessoa possa de fato andar de graça. Nós não podemos fazer populismo dizendo que ela tem direito a andar de graça e fazendo com que o outro pobre que não tem condições de pagar pague a própria passagem e a passagem do isento. Então, o que muda basicamente nesse projeto é que todas as passagens serão pagas – elas já eram pagas antigamente porque eram pagas por pessoas que não tinham direito à isenção – dos isentos em por uma fonte de recursos. O Executivo está colocando na mesa o dinheiro para custear a isenção da pessoa que ele diz que tem direito à isenção. Como foi colocado pelo secretário, num primeiro momento, as isenções daquelas características que foram apontadas, iam custar para o Município cerca de R\$ 20 milhões. Então, as passagens agora estão sendo pagas por alguém, pelo menos agora, nós temos a transparência de esse

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

pagamento ser feito por quem diz que essa isenção tem de ser bancada. Não vai ser mais recaída sobre as costas daquela pessoa que não tem direito a isenção. Então, eu parablenizo o governo nesse sentido, porque não existe almoço grátis e, se nós dissemos que essas pessoas têm direito à isenção, tem de ter uma forma justa de remunerar e pagar a passagem da pessoa que tem direito à isenção. Então, eu entendo que esse projeto faz sentido, tanto pela questão da transparência de a gente fazer com que esse dinheiro seja rastreável porque vai ser colocado no cartão TRI de uma determinada pessoa que faz jus ao direito e vai ser custeado por essas pessoas que dizem que ela tem direito e não vai onerar a pessoa ao lado que também tem muita dificuldade.

Uma segunda colocação que eu queria fazer aqui para concluir, Presidente, é parabenizar o governo pela aglutinação das emendas. Eu achei importante esse gesto de o governo de fazer um compilado de todas as sugestões e apresentar um novo projeto por um único motivo: se não nós teremos brigas de vaidades dentro da Câmara de vereadores porque “ah, o meu projeto apresentou uma isenção para tantas pessoas; ah, o meu outro não foi contemplado”. Então, eu acho que isso acaba apaziguando os ânimos da Câmara, dá para se observar pelas manifestações que estão ocorrendo e ficou um texto ponderado que, obviamente, não vai conseguir agradar todo mundo, mas as pessoas, na média, estão se sentindo satisfeitas com esse texto que foi apresentado à Câmara de Vereadores. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Sr. Airton Silva, presidente da União Estadual dos Estudantes – UEE, está com a palavra.

**SR. AIRTON SILVA:** Boa noite a todos e a todas. Quero começar cumprimentando o Presidente Márcio; cumprimentar também o secretário Cássio, o secretário Záchia, o Ramires, da EPTC, e todos os vereadores que estão aqui presentes. Entendo este momento como algo muito importante para nós. Nós chegamos aqui, nesta segunda audiência pública, para debater um projeto de isenções fruto do papel que as entidades de representação tiveram na construção dele. Então, gostaria de ressaltar que o papel das entidades estudantis, das entidades e movimentos das pessoas que vivem com HIV/Aids,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

da sociedade civil organizada, de pessoas com deficiência que se engajaram para discutir e formular questões sobre esse projeto. Eu passei as últimas semanas, o último mês inteiro, praticamente, na Câmara de Vereadores, conversando com muitos de vocês que estão aqui hoje para poder apresentar a nossa opinião, a opinião da União Estadual dos Estudantes sobre este projeto. Quero começar registrando que a nossa opinião, de partida, é que nós não acreditamos que este projeto, por si só, resolva o problema do transporte público. Isso para nós é uma convicção, ele não trata dos grandes problemas, das grandes questões; nós temos muitas dúvidas se, de fato, ele irá reduzir o preço da passagem. Quero já deixar apontado aqui para a Prefeitura e para os vereadores que nós precisamos ter uma reunião de avaliação, após esse projeto ser votado, para ver o real impacto dele no dia a dia dos estudantes, porque nós achamos que ele irá deixar muita gente de fora do sistema de transporte público da nossa cidade. Também, reconhecemos que tivemos avanços naquilo que nós vínhamos pautando e apresentado para os vereadores e para a Prefeitura, como é o exemplo de uma nova faixa de renda para os estudantes, como a inserção de novas modalidades de ensino que não estavam contempladas antes, como é a questão dos estudantes universitários que moram em Porto Alegre, mas não estudam na capital; é um grande número que vai para a Ulbra, para a Unisinos, para a Feevale. Essas pessoas estavam de fora e, agora, entraram para esse projeto. São pontos importantes, nós seguimos com a opinião de que ele não resolve o problema, mas nós queremos, também, poder debater sobre ele aqui, agora. Nós temos duas dúvidas em especial. A primeira delas é questionar a Prefeitura sobre o porquê da mudança da escrita do projeto no que diz respeito à renda, o porquê de fixar o dinheiro da forma escrita e não mais referenciada no salário mínimo. Qual é o padrão do reajuste? O porquê dessa alteração? Qual é o impacto mais real disso na visão que a Prefeitura teve? Outra dúvida é aquilo que tem tomado conta da grande mídia, nas últimas semanas, que é a situação dos CadÚnicos por todo o Brasil. Nós estamos passando por filas e mais filas, por cidades e regiões com dificuldades de ter o seu cadastrado, e qual é o plano da Prefeitura para que isso se implemente? Nós achamos que qualquer medida que vá dialogar com a população, com os estudantes em especial, não pode partir de uma burocratização do processo. Para nós, hoje, essa visão de colocar, através do CadÚnico, irá burocratizar mais ainda o acesso a um direito. Acho

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

que é sempre bom pontuar que nós, estudantes, pagamos passagem, que o meio passe foi um direito conquistado nosso. Então, queria trazer essas duas dúvidas aqui. Seguimos dialogando na Câmara de Vereadores, estarei, a partir de amanhã, conversando com os vereadores para que a gente consiga, cada vez mais, avançar na discussão e colocar qual é a opinião dos estudantes de Porto Alegre sobre esse projeto. Estamos à disposição dos vereadores para seguir conversando, dialogando para aprofundar as discussões. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado Airton. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Primeiro, ao cumprimentar o nosso Presidente Márcio, quero cumprimentar todos os vereadores e vereadoras que estão conosco nesta noite tratando desta importante audiência pública. Quero cumprimentar os secretários que estão conosco, o diretor da EPTC e todos que estão aqui presentes. Quero especialmente dizer da importância da movimentação e participação intensa e ativa das entidades de estudantes e também de deficientes, essencialmente os estudantes que estão participando e que já participaram deste debate estão de parabéns todos. Já há alguns anos, dois, três anos ou até mais, que nós viemos, e eu tenho participado de reuniões capitaneados pelos estudantes para tratar desse importante tema. Portanto, eu quero cumprimentar o Executivo pela proposta que apresenta agora, cumprimentar os estudantes pela movimentação e pela luta em prol do estudante, e registrar que nós, muitos dos vereadores e eu inclusive, quando chegou o projeto à Câmara, há algum tempo, apresentamos emendas, e a emenda que apresentei foi uma emenda conversada com as entidades de estudantes. Hoje pela manhã, inclusive, eu tive a possibilidade de ligar para o Airton e falar sobre como se encontra o projeto, e avisando os estudantes sobre o projeto. Recebi o Airton, o Anderson e outros estudantes e dirigentes das entidades. Nós nos sentimos contemplados com as propostas que apresentamos. Eu, especialmente, apresentei aqui aquela proposta, repito, conversada com os estudantes, que tratava de um algo a mais, ou seja, acima daquele salário mínimo e meio. Portanto, avançamos, sim. E quero cumprimentar mais uma vez o Executivo e os vereadores por isso, e também os próprios estudantes. Registrando, ouvindo agora,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

estando na audiência, primeiro a manifestação do Kalil, da verificação da possibilidade ou não de nós não limitarmos os números de passagens aos deficientes, aos doentes, se é possível. Mas também acho que uma possibilidade deve existir na posição apresentada pelo Anderson, de nós deixarmos de apresentar os valores em reais de limite e voltarmos a colocar em termos de quantidade e percentuais de salário mínimo, para evitar que a cada ano seja preciso uma atualização desses valores. Então, se for possível, estou aqui avaliando essa possibilidade e consultando os nossos dirigentes municipais. No mais, quero cumprimentar a todos e dizer que foi através dessa luta de todos que nós conquistamos esses significativos avanços. Um abraço a todos e obrigado pela atenção de todos.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O João Pedro da Silva Araújo, representando a Ver<sup>a</sup> Daiana Santos, está com a palavra.

**SR. JOÃO PEDRO DA SILVA ARAÚJO:** Muito boa noite, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras e vereadores que acompanham esta audiência pública, saúdo também o pessoal da Prefeitura que está presente, secretário Cassio Trogildo. Primeiro, eu falo aqui em nome da Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos que, por motivo de uma outra agenda, não pode estar presente nesta audiência pública, embora esse tema do transporte seja muito caro para todos do gabinete. A gente vem então aqui falar, saudar, primeiro, os avanços em relação à primeira proposta que o governo havia apresentado, contudo a gente entende que essa proposta de retirada das isenções não enfrenta o real problema do transporte público na cidade de Porto Alegre. Esse é o terceiro projeto de lei que o governo apresenta de uma série, primeiro foi a privatização da Carris, depois a extinção gradativa dos cobradores e agora a retirada das isenções, mas, em nenhum momento, se enfrenta a questão da precarização do transporte na cidade de Porto Alegre; a questão do transporte privado, através dos aplicativos que tornaram muito mais ágeis, às vezes, do que a utilização de ônibus caros, demorados e precários na cidade. Então, a gente entende o quanto essa burocratização do acesso ao transporte público, ao invés de trazer mais gente para o transporte público, pode empurrar muitos estudantes, que hoje pagam meia passagem para



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

poder utilizar o ônibus, para fora do transporte e para a utilização do transporte privado, acabando por aprofundar a crise do transporte público na cidade, na medida em que aquele estudante, que iria utilizar o ônibus, que poderia pagar meia passagem e ser mais vantajoso em termos de valor, ele vai optar por um transporte privado de aplicativo, que acaba enchendo mais a cidade de carros, trazendo uma série de problemas e ainda não solucionando o real problema do transporte, que é a questão da falta de transparência nas contas do transporte, inclusive, apontada pelo próprio Ministério Público do Estado; a questão da ATP, que não se sabe para onde vai o lucro da publicidade, diversos, sem falar no lucro dos grandes empresários que dominam o transporte na cidade. Então, a gente entende o quanto isso, ao invés de ir ao encontro dos problemas reais do transporte, precariza mais ainda, empurram muita gente para fora do transporte público e aprofundam a crise que a gente vive aqui em relação a isso. A gente está aberto para construir, saúda esses avanços em relação ao projeto anterior, mas compreende que se precisa avançar muito ainda, que não é retirando as isenções ou limitando o acesso das pessoas com deficiências a um número X de passagens, que vai solucionar esse problema do transporte. Nos colocamos à disposição para estar junto com as entidades, com os movimentos sociais para construir, melhorando e enfrentando os reais problemas na cidade, no que tange ao transporte público, desde a retirada de linhas, que aconteceu na pandemia, às dificuldades das alimentadoras nas áreas periféricas da cidade. Tudo isso impede que, de fato, mais pessoas possam estar utilizando o transporte público e melhorando a sua qualidade. Então, hoje a gente tem problemas reais que não estão sendo enfrentados, pelo contrário, tem se aprofundado mais ainda a crise. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, João Pedro. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Presidente Márcio Bins Ely, cumprimento o senhor, em seu nome, cumprimento os demais parlamentares presentes, cumprimento também o secretariado, o governo, nesta audiência pública que debate um tema dos mais importantes para a cidade de Porto Alegre hoje, e toda cidadania que está aí acompanhando e depois

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

vai acompanhar os autos dessa audiência, vai ler, vai conhecer esse capítulo da história de Porto Alegre. Nós, que somos pelo povo representantes, temos que ter uma preocupação real com os avanços e retrocessos em determinado tempo histórico. E nós estamos diante de Porto Alegre de muitos retrocessos na área do transporte. O prefeito se equivocou e atacou a Carris, aprovando na Câmara um projeto que pode destruir essa empresa pública que hoje está salvando o transporte da capital. E mais do que isso, o governo entrega dinheiro para a iniciativa privada, porque a iniciativa privada vai lá e diz: "Não está dando lucro, não está dando lucro". Mas por que eles não largam o osso? Por que eles estão sempre aí lucrando? Por que eles estão com as suas empresas, se não dá lucro o transporte público? Por que eles participaram da licitação? A outra questão, eu fico muito preocupado, que aquela mesma história, vocês devem conhecer, quando se vai comprar um carro, o vendedor vai lá e diz assim: "Está R\$ 40 mil esse veículo, é usado, tá isso e aquilo, mas ele tá muito bom, R\$ 40 mil, leva que é uma pechincha, uma bardada." Aí, tu vais lá, e encontra um problema aqui, tem um problema ali, olha tem que isso aqui. Ele: "tá vamos conversar, vamos ajustar, vamos fechar por R\$ 37 mil". Tá bom, tá fechado. Sai o cliente feliz, mas o vendedor botou mais alto, porque ele queria os R\$ 37 mil, ele tinha margem para R\$ 35 mil, mas é a negociação. E os governos fazem isso, eles largam o bode na Câmara, depois eles tiram o bode. "Bah, tiraram o bode, agora melhorou". Tirar direitos é um erro na pandemia, nós estamos com índices altíssimos de evasão, de abandono da escola pública, nós temos que trazer os alunos para a educação pública, não existe geração de dinheiro, de economia, de emprego num país que não investe nos estudantes, nas juventudes. Nós devemos defender o futuro das juventudes, se nós estamos aqui, hoje, é porque a gente teve direitos; eu tive direito a um transporte e muitos que vão vir depois não vão ter, porque o governo municipal passou na Câmara um projeto que abonou os sonegadores em R\$ 3 bilhões. Ele abriu mão de receita, e quem vai pagar isso? Quem vai pagar? Claro, agora tem que tirar as isenções do transporte, porque o caixa é um só, o dinheiro do povo, dos impostos é um só, de algum lugar tem que sair; de novo vai sair dos mais sofridos, dos mais vulneráveis, para bancar projetos, de dez em dez anos, de abono aos sonegadores. Isso é lamentável, isso é triste, eu não me somo a isso, não me somarei a isso, não contarão com o meu voto para a retirada de direitos. Sem sombra de dúvidas,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

estarei sempre defendendo o povo de Porto Alegre e, mais do que isso, a educação! Eu quero que mais jovens vão para a universidade, eu exijo passe livre para os estudantes deste País, deste Município! Uma Prefeitura que arrecada R\$ 8 bilhões, como quer tirar isenções, reduzir direitos? Nós temos que alargar, prefeito, nós temos que manter os jovens para fomentar o conhecimento, construir profissões para depois ocuparem os espaços que hoje a gente ocupa. Então a gente quer se perpetuar no poder? Isso eu não entendo. A gente não quer que ninguém ascenda socialmente, aí a gente vai bloqueando – bloqueia aqui, tira bolsa ali, tira assistência estudantil, o prefeito faz isso, o Presidente faz aquilo. Todo mundo parece que está contra o povo brasileiro! Gasolina a R\$ 7,00! Gente, vocês acham que as pessoas vão conseguir se transportar neste Brasil com a gasolina a R\$ 7,00 o litro? Vocês têm que discutir, políticos, uma forma de parar de dolarizar o combustível neste País! Os empresários reclamam do combustível, mas eu não vejo eles irem à Brasília, eles querem pedir aqui na Prefeitura. Meu Deus do céu! A União é rica, a União tem que chegar com dinheiro para o transporte, se tem problemas, a União tem que chegar com o dinheiro, chega de a União morder, morder e nós temos que estar resolvendo: tiramos da saúde, tiramos da educação, tiramos do saneamento para botar nas empresas de transporte e agora tiramos as isenções das pessoas. Não contem comigo para a redução de direitos; jamais contarão! Jamais contarão! Vou usar todos os espaços a que eu tenho direito, como vereador, para dizer “não” a esses três processos. Vocês têm que cobrar os sonegadores. Vocês deram isenção do IPTU agora, mas o que é isso, gente? Quem vai pagar? São as pessoas que precisam do transporte público, que já é precário, sem ar-condicionado. O prefeito anterior aumentou o tempo de vida útil da frota e agora os ônibus explodem nas avenidas! Para concluir, meu Presidente, lamento, profundamente, por estarmos discutindo isso hoje quando a gente tinha que estar discutindo dinheiro para acabar com a fome neste Município, para fomentar que as crianças voltem para as escolas depois dessa pandemia com segurança, mas, não, de novo nós estamos querendo tirar de quem menos tem. Muito triste, fico triste, fico desolado, mas contem com este vereador, lutaremos contra esse projeto na Câmara de Vereadores. Um grande abraço, boa audiência para todos nós.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Sra. Juliana Souza está com a palavra.

**SRA. JULIANA SOUZA:** Boa noite boa noite a todas e a todos; boa noite, Presidente; boa noite, secretariado que nos acompanha aqui nesta audiência; em nome da Ver.<sup>a</sup> Laura Sito também dou um boa noite e uma saudação aos vereadores e vereadoras aqui presentes e sobretudo às entidades e aos movimentos que aqui estão e que são fundamentais neste debate, que tiveram até aqui um papel fundamental para que a gente construísse este diálogo e avanços importantes nesta discussão a respeito das isenções na nossa cidade em relação ao projeto que havia sido apresentado anteriormente. Represento a Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, neste momento ela está em outra agenda, lançando uma frente parlamentar que é um importante instrumento de luta, aqui na nossa cidade, para o fortalecimento do afroempreendedorismo, por isso ela não pôde estar presente conosco. Para nós, do mandato da Ver.<sup>a</sup> Laura Sito, esse é um tema fundamental, acredito que aqui todas nós tenhamos uma atenção ao tema da crise no transporte público de nossa cidade, e nós compreendemos que no último período a Prefeitura de Porto Alegre vem atacando esse tema de forma equivocada, com as soluções que propõe e que apresenta, seja com o projeto que acabou os cobradores na nossa cidade, seja com o projeto que autorizou a desestatização da Carris, e que não são alternativas viáveis que enfrentam, de fato, a crise no transporte público. Esse projeto da retirada das isenções, que foi apresentado à Câmara há alguns meses atrás, também vem no mesmo sentido, na nossa avaliação, de não atacar a raiz do problema da crise do transporte público, para quem, sobretudo, mais a sente nas periferias da nossa cidade, a população em situação de maior vulnerabilidade na nossa cidade. Contudo, nós queremos destacar aqui dimensões importantes da disposição de diálogo e de acolhida da Prefeitura às proposições e às reivindicações das entidades e dos movimentos sociais, que estiveram presentes nesse processo de debate. E aí, na pessoa do companheiro Nelson Kalil, eu queria destacar a atuação fundamental dos movimentos de luta contra a Aids, que foram incansáveis na defesa da manutenção de um direito que não diz respeito apenas ao direito à cidade, mas sobretudo diz respeito a uma importante medida de enfrentamento a essa que é uma epidemia, que a nossa cidade precisa compreender como um grande problema de saúde pública e de saúde coletiva. Então,

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

quando nós falamos aqui da retomada da manutenção das isenções para as pessoas vivendo com HIV/Aids, nós estamos falando de uma importante ferramenta estratégica no enfrentamento a esta epidemia, que faz com que a nossa capital seja aquela que tem o maior número de novos infectados no País, e o maior número de mortalidade por Aids em capitais no País. Então, nós queremos, nesse sentido, saudar a acolhida da gestão a esse ponto fundamental que nosso mandato teve um compromisso de construir uma grande luta, fizemos uma audiência também na comissão de direitos humanos, junto com os movimentos de luta contra a Aids, junto a Frente Parlamentar que trata desse tema na Casa, para garantir que a gente pudesse dar voz a essa reivindicação tão fundamental. No entanto, acreditamos também que ainda precisamos tratar de outros temas que permanecem com a necessidade de serem revistos em relação a isso. A vereadora Claudinha trouxe aqui um elemento importante, que ela já apresentou uma emenda na qual nós temos acordo. Nós também gostaríamos de destacar a importância de a gente deixar explícito no texto da lei que todas as pessoas que são atendidas em todos os serviços de saúde, no âmbito de Porto Alegre, devem ter direito às isenções, tendo em vista que muitas pessoas que vivem com HIV/Aids não são atendidas em serviços da Secretaria Municipal de Saúde, mas nos serviços da rede estadual e da rede federal. E, para finalizar, queria também destacar aqui o questionamento que o companheiro Airton fez em relação à mudança do padrão de apresentação de identificação da renda, do recorte de renda, e também nos chamou atenção esse elemento, e nós gostaríamos de esclarecimento da Prefeitura em relação a isso. Quero também apresentar aqui que temos acordo com a demanda que foi apresentada em relação à necessidade de não restringir ao número de 60 viagens para as pessoas com deficiência, esse é um elemento que os movimentos das pessoas com deficiência já vieram apresentando desde o primeiro período de debates, as primeiras audiências, e ainda necessita que a gente possa avançar. Nós compreendemos que temos que atacar as raízes dos problemas, esse processo de debate das isenções mostra que, mais uma vez, a gente tem tido uma postura da nossa gestão de identificar que é retirando de quem menos tem, que a gente vai resolver os problemas da nossa cidade, essa não é a alternativa. Ainda entendemos que esse é um diálogo que foi importante de

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

se garantir para manter direitos que são fundamentais e que são fundamentais, sobretudo, para a saúde coletiva da nossa cidade.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Juliana de Souza. O Thiago Lopes Castro está com a palavra.

**SR. THIAGO LOPES DE CASTRO:** Boa noite a todos. Acredito que, sobre a limitação do TRI Escolar a uma renda familiar de R\$ 2.150,00, eu acho que vai retirar muita gente das escolas, das universidades. Como eu disse no meu discurso numa das audiências anteriores, muito estudantes, inclusive de universidades – eu sou presidente do diretório acadêmico do curso de medicina veterinária da UniRitter – vêm de outras cidades para estudarem em Porto Alegre, precisam pagar aluguel e basicamente dividir a sua rotina entre trabalhar e estudar. Então, eu continuo defendendo a ideia de que todos os estudantes devem ter direito ao TRI Escolar, ao meio passe livre e que a retirada desse direito, ou melhor, a limitação desse direito reduz ainda mais o investimento em educação que já é extremamente reduzido não só em Porto Alegre, mas eu acho que no Brasil como um todo. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Como não temos mais inscrições, devolvo a palavra ao secretário Luiz Fernando Záchia, ao secretário Cassio e ao presidente Ramires para as considerações finais.

O Sr. Cássio Trogildo está com a palavra, pelo governo.

**SR. CASSIO TROGILDO:** Boa noite, Presidente, quero saudar todos os demais vereadores, a sociedade civil que nos acompanha, também o diretor Luiz Afonso, que sempre, nas audiências públicas, tem nos conduzido. Primeiro, dizer que o governo – secretário Záchia, Ramires e Renato e mais a assessoria aqui do gabinete da SMGOV que também está por aqui – teve um conjunto de projetos encaminhados à Câmara que justamente buscam o reequilíbrio de todo sistema de transporte visando a redução do valor da passagem para que justamente o transporte coletivo de ônibus seja mais competitivo e

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

traga novamente mais usuários, então, podendo mais ainda, no futuro, diminuir o valor da passagem. Quero dizer que a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, juntamente com a EPTC, o secretário Záchia, o presidente Ramires e a SMGOV, fez um exercício de dialética bastante aprofundado com diversos setores e com diversos segmentos. Primeiro, pontuar aqui com relação às pessoas com HIV e com deficiência, o projeto anterior não estava retirando essas isenções e, sim, estava fazendo um corte de renda igual ao proposto para os estudantes. Mas fruto do debate, com Nelson Khalil, com diversos vereadores, entre eles o Ver. Alvoní Medina, com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o secretário Léo Voigt, o ex-vereador Paulo Brum, que é secretário juntamente com a diretoria de acessibilidade, com a bela participação que tiveram as pessoas com HIV na audiência pública anterior, realmente verificou-se que o melhor, nessas duas questões, era manter exatamente como está na lei hoje. Então, quando se fala aqui que vai se reduzir o número de passagens, não, hoje já são 60 passes mensais e assim continuará podendo ser ampliado mediante uma avaliação, como é hoje. Então, nesse ponto, nós mantivemos exatamente como é a atual legislação. Com os estudantes, fizemos diversas rodadas, e o entendimento que a obrigação primeira do Município é com os estudantes de ensino fundamental e, posteriormente, com os estudantes do Ensino Médio. O sistema continuará subsidiando para os universitários, e não para a Prefeitura, os 50%, porque não é obrigação primária do Município a educação de ensino superior.

Então, nós tínhamos uma percepção de faixas de renda para as isenções dos estudantes, que, aliás, diga-se de passagem, está sendo ampliada – hoje, os estudantes têm 50%, e, no Ensino Fundamental, a primeira faixa vai ter 100% de isenção. Isso é um incentivo adicional à educação, o Prefeito Municipal entende que é para incentivar mais ainda a ida à escola. E, fundamentalmente, com o incremento das faixas intermediárias, que no projeto anterior representaria R\$ 21 milhões de subsídios para os estudantes, esse subsídio está indo para R\$ 25,2 milhões, fruto dessa discussão com as entidades. Por exemplo, hoje, pela lei atual, uma família com duas pessoas, o estudante tem direito a 50% de isenção; pelo primeiro projeto enviado, até uma renda de R\$ 3 mil e 300, teria direito a 100%, e com uma renda de R\$ 3 mil e 301, teria zero de isenção. Por isso, foram criadas as faixas intermediárias de 50% e de 25%.

Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

Para finalizar, quanto à questão do reajuste da renda, inicialmente, no primeiro projeto, foi previsto salário mínimo, e, agora, trocou-se para reais – no art. 29, do projeto que foi enviado, está justamente dizendo que, anualmente, será reajustado por decreto. Por quê? Porque o salário mínimo, às vezes, tem correção acima da inflação, e, às vezes, tem abaixo da inflação. Então, vai se buscar, por decreto, o índice que reajusta todos os contratos da Prefeitura, para ficar mais equânime e equidistante da realidade. Obrigado, Presidente, obrigado a todos que participaram desta audiência pública, ao Secretário Záchia, ao Ramirez e ao Renato, pela companhia no dia de hoje. Um grande abraço.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, secretário Cassio, que faz um resumo importante, oportuno, para todas essas considerações. Eu acho que é muito importante no diálogo que as ponderações sejam feitas e que os movimentos também sejam compreendidos para construção coletiva daquilo que possa chegar o mais perto possível do ideal para a cidade e para as pessoas.

**SR. FERNANDO ZÁCHIA:** Eu queria cumprimentar todo o espírito que norteou esta audiência pública, um espírito absolutamente construtivo. Eu penso que este foi o objetivo, não só do governo, mas, principalmente, de alguns vereadores, bem como, das entidades. E eu quero aqui fazer um registro muito especial ao Nelson Kalil, que é um batalhador incansável de uma área que nós temos muito a evoluir, e sabemos disso, é um grande fiscal do sistema de transportes e contribui muito com a EPTC e com a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, trazendo sempre a sua própria experiência, que é muito cara para nós, porque é com absoluto conhecimento de causa. Ele tem muito a nos ensinar e ele tem nos ensinado. Então, quero cumprimentar a todos pelo espírito, repito, que norteou esta audiência pública, fico com a sensação que estamos construindo o melhor possível para toda a sociedade. Obrigado, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradeço a todos que se manifestaram, ao presidente Ramires, da EPTC, aos vereadores Ferronato, Cláudia Araújo, Jonas Reis e Jessé Sangalli, em especial, um abraço fraterno ao Prefeito Sebastião Melo e a todos que



Câmara Municipal de Porto Alegre  
Seção de Taquigrafia  
018ª Audiência Pública Virtual 09NOV2021  
Pauta: Debater o PLE nº 043/21

---

também se manifestaram em nome da comunidade, o Nelson, o Anderson, o Airton, o João Pedro, a Juliana e o Thiago. Também agradeço a toda a equipe técnica, na pessoa do nosso Diretor Legislativo, a todas as equipes de assessoria, pela atenção. É uma pauta muito oportuna e importante, que trata do transporte coletivo da nossa capital, um tema de muita relevância, em especial, agora, com a perspectiva da retomada das aulas. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião. Muito obrigado e boa noite a todos.

(Encerra-se a reunião às 20h45min.)